



PROTESTOS. Cientista política Luciana Santana alerta para a apreciação de projetos importantes ainda durante o "calor das manifestações"

“Em nenhum momento se viu cartaz pedindo reforma política”



LUCIANA SANTANA
CIENTISTA POLÍTICA

“Em nenhum momento se viu cartazes pedindo reforma política. Isso foi colocado como uma alternativa para solucionar os problemas que estavam sendo questionados e tentar minimizar coisas que já vinham sendo discutidas no ambiente entre cientistas polí-

qualquer instância de governo, tem que haver uma renovação periódica. Nem tanto no Legislativo. Mas se não é criada esta rotatividade, como será verificada a existência ou não do controle das políticas? Acredito que é um ponto da reforma política que pode vir a passar. Mas não acredito que esta reforma política vai vigorar para as eleições de 2014. E todo este debate demanda tempo, muito mais se houver um plebiscito.

Por que se discute a reforma política há tanto tempo e não houve solução?

vão de encontro aos interesses da classe política. E eles não querem que certos privilégios sejam cortados.

Por exemplo...

O financiamento público total da campanha. Não quer dizer que eu seja a favor dessa mudança. Quando você passa para o governo esta responsabilidade, há um maior controle da situação dos gastos eleitorais. Ai, aqueles que usam, de alguma maneira, o caixa dois vão ter de pensar o que fazer sem a situação que tinha anteriormente. Por outro lado, é complicado propor o financiamento público total porque onera muito mais. Vamos pagar para os políticos fazerem propaganda. E os partidos já têm hoje, além do fundo partidário, o acesso gratuito à TV. Quer meio mais poderoso? Outro ponto é a lista aberta ou fechada. Mas existe uma cultura da grande maioria no Brasil de votar nas pessoas e não nos partidos.

A existência de 30 partidos no Brasil é um problema?

Vejo problema no sentido de que muitos partidos têm programas partidários muito semelhantes. E, na verdade, eles acabam criando certos feudos. E se houvesse condições de reduzir esta quantidade seria no sentido de homogeneizar os programas que são comuns. Os partidos devem discutir o que é papel deles e qual é o real programa deles. E deve-se cobrar que haja coerência interna, em todos os níveis. Se a gente pensar a reforma política, deve ser neste sentido. Se os partidos querem continuar representando na democracia, deveriam fazer-se representar de fato e criar eles com a população. As pessoas estão começando a mapear as formas de controle social, para saber o que está sendo elaborado em termos de políticas públicas.

Há ligação entre o exercício de cidadania da ida às ruas e o da ida às urnas?

Acho que deve ter manifestações organizadas que devem mostrar para a opinião pública quais as demandas da população. Porque chega a um ponto que as pessoas não aguentam mais. Não tenho tempo de ir para a rua todo dia. Mas é preciso mostrar à classe política que a população está atenta. E o resultado final vai ser na urna. Se não estou satisfeito com os representantes, deve-se colocar outros. Se é criada a cultura de o político saber que se não for cumprido o estabelecido, vão saber que, na próxima eleição, eu não voto.

As manifestações estimulam o ingresso da população na política partidária?

As lideranças dos movimentos sempre vão tentar se inserir de alguma forma no processo político. Mas quem são os líderes? Até agora, não há. Vão surgir novas figuras. Mas não têm vindo a público os interesses individuais de quem quer se aproveitar disso para vir à cena política posteriormente. ●

DAVI SOARES
REPORTER

O fenômeno das manifestações que provocaram mudanças de rumo nas decisões políticas do Brasil nas últimas semanas é fruto da ascensão da população que vivia em situação de vulnerabilidade social à classe média e de sua consequente evolução da consciência política. Este é um dos aspectos do novo momento vivido pelos brasileiros que foram identificados pela doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Luciana Santana.

Professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a cientista política expõe, nesta entrevista à *Gazeta*, suas impressões sobre um novo momento de retomada dos debates sobre a Reforma Política. E acredita que a realização de um plebiscito e a convocação de uma assembleia constituinte não sejam o caminho adequado para garantir mudanças de comportamento que a população tem cobrado da classe política em protestos pautados pela cobrança de melhorias dos serviços públicos básicos oferecidos aos brasileiros.

Gazeta. Qual a leitura que a senhora faz deste momento de mobilização da sociedade nas últimas semanas?

Luciana Santana. O fato de a população estar se manifestando de alguma forma, a meu ver, é bastante positivo. Na verdade, isso é o que se espera em uma democracia que, ademais das eleições, a população participe de alguma maneira. Não necessariamente em manifestações, mas que ela possa, de alguma forma, expressar suas demandas, inclusive, sobre o nível de satisfação ou não elaboradas pelos governos. E o que está acontecendo agora pegou todo mundo de surpresa, principalmente os políticos, que vinham naquele período de muita estabilidade econômica... E a condição de vida da população tem melhorado, quer queira ou quer não. E não sou eu que estou dizendo. É fácil constatar porque o poder de consumo dos cidadãos melhorou, o desemprego reduziu e há mais pessoas com acesso a políticas públicas, como a universidade. Coisas que, antes, eram muito mais restritas. E é legítimo que as pessoas queiram um serviço de qualidade.

Então, há um contexto histórico para o momento atual?

Desde 2005, na verdade, vieram a público eventos de corrupção que, até então, não eram explícitos. E não entro no mérito se eles existiram ou não. Mas foi criado um público atento que não está de acordo com certas práticas. E, na verdade, não tem que estar satisfeito. Ao mesmo tempo, querem serviços de qualidade. Então, junta isso tudo e realmente você tem um boom de insatisfação.

Então, essa é a origem da insatisfação?

É importante também ver quem foi para as ruas. Claro que há diferentes classes sociais. Mas percebe-se que a classe média também vem de uma forma muito mais expressiva, porque, digo claramente, há muitos governos que passaram a pensar muito mais políticas voltadas para as classes mais baixas e deixaram de considerar demandas da classe média.

E esta é uma classe que o governo federal afirma ser composta por quem conseguiu ascender das camadas mais baixas...

Houve esse tipo de mobilidade. E se você sai de uma condição, começa a se escolarizar e se alfabetizar, você cria um comportamento muito mais crítico em relação às políticas públicas e à classe política. E, mais que as reivindicações por saúde, educação e segurança, o que tem pegado mais é pensar a classe política como um todo, independente de partido. Existe uma insatisfação com relação às pessoas que estão representando a sociedade.

A presidente Dilma Rousseff anunciou um plebiscito para realizar a reforma política como uma das medidas para atender às "vozes das ruas". Foi uma decisão correta?

É um tema bastante delicado, porque, na verdade, este tema não era o tema principal das manifestações. Em nenhum momento se viu cartazes pedindo reforma política. Isso foi colocado como uma alternativa para solucionar os problemas que estavam sendo questionados e tentar minimizar coisas que já vinham sendo discutidas na academia entre cientistas políticos e cientistas sociais. Era também uma agenda do próprio Congresso Nacional. O problema é que nunca alguém bateu o martelo em algo realmente claro. E também não chegou-se a um consenso em relação ao tipo de reforma que querem. Querem diminuir partidos, acabar com o financiamento privado das campanhas? Vão aceitar ou não partidos pequenos? Acabar com a lista fechada?

Seria uma questão para plebiscito?

Acredito que, dificilmente, um plebiscito vai conseguir sanar esse problema. Porque eu acho que o cidadão não tem ainda um nível de percepção clara do que efetivamente representa, por exemplo, um partido político e um voto distrital. Como ele vai dizer se prefere voto distrital, distrital misto, ou manter o proporcional? Defendo esses mecanismos de participação direta, desde que realmente a gente tenha uma temática em que a população tenha clareza sobre o que ele vai opinar. Porque, senão, é gasto público realmente em vão.

O que deve ser feito a esse respeito?

O próprio Congresso e o próprio governo federal deveriam pôr, de fato, uma proposta e discutir, internamente, no âmbito do Congresso, onde há pessoas que co-

“Acho que deve ter manifestações organizadas que devem mostrar para a opinião pública quais as demandas da população. Porque chega a um ponto que as pessoas não aguentam mais. Não tenho tempo de ir para a rua todo dia. Mas é preciso mostrar à classe política que a população está atenta”

“É importante que a opinião pública tenha a sensibilidade de ver qual é a ordem de hierarquia dos pleitos. Os interesses estão muito difusos. Tem de tudo. Não existe nada claro”

nhecem, de fato, o sistema político no Brasil. E a população, logicamente, deve sinalizar, via opinião pública e mídia, se existe algo que gostaria que fosse colocado nessa reforma política.

E a convocação de uma assembleia constituinte é necessária?

Não. Acho que a gente tem que ter muita cautela. O que vem neste momento sobre o que, de fato, pode ser feito? Ainda estamos no calor dessas manifestações. A tendência é dar uma maneira, pois acho que não vão acabar os protestos por um bom tempo. Espero, inclusive, que se mantenham até as próximas eleições. Se não, não fará sentido elas terem existido. Mas é importante que a opinião pública tenha a sensibilidade de ver qual é a ordem de hierarquia dos pleitos. Os interesses estão muito difusos. Tem de tudo. Não existe nada claro. No âmbito dos Estados, os problemas são muito específicos. Parar para ouvir a população sobre reforma política através de um plebiscito seria um problema. E puxar uma constituinte neste momento meio nebuloso para saber o que se quer... Constituinte para quê? Antes da Constituição de 1988, sabíamos o que queríamos, após um governo ditatorial. Hoje, a gente não tem essa necessidade. Nossa Constituição é clara e não é cumprida à risca. Tem que se fazer cumprir a Constituição. E não viver alterando seu texto.

Por que o governo federal escolheu esse caminho?

Talvez ele queira saber o que é necessário fazer agora. Isso oneraria muito. Mas acredito que nenhum desses dois é um caminho para resolver a situação neste momento.

A questão da reeleição deve ser tratada?

Esta é um dos pontos já discutidos no âmbito do Congresso. Eu sou favorável ao fim da reeleição, particularmente. E os pais da reeleição, que não assumem esta paternidade, hoje viram que isso foi, não contra eles mesmos, mas contra a própria democracia. Porque defendo que, em